

28/07/2011

Elétricas investirão R\$ 11 bi anuais até a Copa

Diretor de infraestrutura ferroviária do Dnit pede demissão

Ameriprise informa aquisição de 5% das ações ordinárias da Mills

CUT ameaça ir à Justiça contra leilão de aeroportos

BH tenta mais uma vez liberar verba para ampliação do metrô

Moradores de Jardim Camburi vão conhecer projeto de construção de viaduto

TCU vê sobrepreço em 2 contratos da ferrovia Norte-Sul

Faxina no Dnit derruba mais dois dirigentes

PROJETO NOVA LUZ SAIRÁ NOS PRÓXIMOS DIAS

Baixa renda não será contemplada no projeto

Expansão pode acabar sobrando para bolso do contribuinte

Kassab vai "terceirizar" área na Pompeia

Projetos urbanos precisam de gestão baseada no direito de todos à cidade

Trem popular será estendido até Cumbica

Hospital deve virar hotel de luxo até a Copa

Promotor cobra ação contra impacto social de Rodoanel

Aumenta preocupação da indústria da construção civil com custo da mão de obra, segundo CNI

Obras de infraestrutura abrem novas frentes de trabalho

Prefeitura vai reunir interessados na área do porto Cachoeira do Sul

MPF-ES investigará contrato de R\$ 66 milhões do Dnit

Bahia quer melhorar malha rodoviária

BR-262 em MS pode ser denominada Rodovia José Alencar

Sport se acerta com construtora e assina contrato por arena na 4ª

Obra da Serrinha volta a pauta do legislativo em Siderópolis

Governador anuncia construção de 10 mil unidades habitacionais

Veículo: Valor econômico

Data: 28/07/2011

Elétricas investirão R\$ 11 bi anuais até a Copa

O presidente da Associação Brasileira de Distribuidoras de Energia Elétrica (Abradee), Nelson Fonseca Leite, afirmou ontem que as distribuidoras de energia entregaram recentemente ao governo a previsão de investimento de R\$ 11 bilhões por ano até 2014. Segundo o presidente da entidade, a estimativa considera a projeção de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 5% ao ano. Leite afirmou que os investimentos previstos para 2011 já começaram. "As obras já estão em andamento até porque, se não estivessem, não ficariam prontas para a Copa", disse.

Segundo Leite, a projeção de investimento para os próximos anos foi solicitada pelo grupo de trabalho criado pelo governo federal que avalia, junto com as empresas e os órgãos de regulação, os reforços necessários para assegurar o fornecimento de energia durante a Copa de 2014.

O presidente da entidade ressaltou que nos últimos quatro anos o setor de distribuição investiu uma média anual de R\$ 8 bilhões. Ele explicou que os reforços nas redes das companhias são programados com antecedência, já que se tratam investimentos de longo prazo. Uma subestação leva, pelo menos, três anos para ficar pronta, sem contar o prazo de estudo e elaboração do projeto, detalhou Leite.

Uma pesquisa feita com as principais distribuidoras de energia do país mostra que 76,7% dos consumidores estão satisfeitos com os serviços prestados pelas companhias. Do total de consumidores pesquisados, 29% responderam estar "muito satisfeitos" e 47,7% apenas "satisfeito". Entre os demais participantes da pesquisa, 15,6% declararam "não satisfeito" e 7,7% disseram "insatisfeito" ou "muito insatisfeito".

Embora o nível de satisfação dos clientes seja considerado positivo pela entidade, o índice de satisfação registrado em 2011 é o menor dos últimos seis anos. No ano passado, o índice de satisfação foi de 77,3%. Em 2004, o grau de satisfação era de 74,2%. O levantamento foi realizado a pedido da Abradee, com 49 distribuidoras.

Ao considerar a opinião dos clientes de diferentes regiões, o Sul teve a maior queda no índice de insatisfação, de 88,7% para 84,6% entre 2010 e 2011. O Nordeste passou de 75,4% para 76,2%, o Sudeste de 77,2% para 76,9% e o Norte/Centro-Oeste 68,3% para 68,2%.

Nelson Fonseca Leite, considera as tempestades ocorridas no Sul do país no início do ano influenciaram na percepção dos consumidores desta região. Entretanto, os últimos registros de interrupção no fornecimento de energia em São Paulo, também por fatores de clima, e explosão de bueiros no Rio de Janeiro, não alteraram o resultado da pesquisa, que foi realizada nos meses de março e abril.

Os outros aspectos da pesquisa que foram abordados pelas perguntas para medir a satisfação são: atendimento (77,2% de satisfação), imagem (79,2%), fornecimento (75,4%) e conta (85,4%).

A 13ª Pesquisa de Satisfação do Consumidor Residencial foi realizada com 26,1 mil entrevistados em 905 municípios. A margem de erro é de 1,3 ponto percentual para mais ou para menos.

[<volta>](#)

Veículo: Valor econômico

Data: 28/07/2011

Diretor de infraestrutura ferroviária do Dnit pede demissão

BRASÍLIA - O Ministério dos Transportes informou agora, há pouco, por meio de nota, que o diretor de infraestrutura ferroviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), Geraldo Lourenço de Souza Neto, pediu exoneração hoje.

Segundo a nota, o pedido foi recebido pelo ministro Paulo Sérgio Passos e será encaminhado à Presidência da República. Com a saída de Souza Neto, já são 20 os funcionários afastados do governo por causa de denúncias de corrupção no setor de transportes.

Entre os demitidos estão o ex-ministro dos Transportes Alfredo Nascimento, o ex-diretor-geral do Dnit Luiz Antônio Pagot e o ex-diretor de Infraestrutura Rodoviária do órgão Hideraldo Caron.

Dos cinco nomes que faziam parte da diretoria do Dnit, o único que ainda permanece no cargo é o diretor de Planejamento, Jony Marcos Lopes.

[<volta>](#)

Veículo: Valor econômico

Data: 28/07/2011

Ameriprise informa aquisição de 5% das ações ordinárias da Mills

SÃO PAULO - Ameriprise Financial informou hoje que assumiu o controle de 6.279.902 ações ordinárias da Mills Estruturas e Serviços de Engenharia, representando 5,004% do total das ações ordinárias.

Segundo nota da Mills na Comissão de Valores Mobiliários, a compra das ações não significa intensão, por parte da Ameriprise, de interferência na estrutura administrativa ou de alteração do controle acionário. O objetivo seria simplesmente o de investimento para os fundos administrados pela Ameriprise.

Adicionalmente, empresa de investimentos informou que não detém, direta ou indiretamente, quaisquer outras ações e que "não celebrou quaisquer contratos ou acordos que regulem a compra e venda de valores mobiliários emitidos pela Mills".

[<volta>](#)

Veículo: Valor econômico

Data: 28/07/2011

CUT ameaça ir à Justiça contra leilão de aeroportos

Diante da determinação do governo federal de conceder à iniciativa privada os aeroportos de Guarulhos, Viracopos e Brasília, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) ameaçou ontem recorrer à Justiça para tentar frear os leilões.

A iniciativa deve ter dificuldades de prosperar no Judiciário, mas pode atrapalhar os planos do governo de realizar as licitações ainda este ano. O alerta foi feito pelo presidente da CUT, Artur Henrique da Silva, que participou ontem da terceira reunião entre representantes dos trabalhadores e do governo para discutir as concessões.

Ele ponderou que insistirá nas negociações para tentar demover o governo Dilma Rousseff da ideia de reduzir a 49% a participação da Infraero nos três empreendimentos. Caso não tenha sucesso, a CUT passará a centrar seus esforços na tentativa de influenciar a redação do modelo dos leilões de concessão. Insistirá que o Executivo precisa garantir a segurança e a qualidade do serviço, além do emprego e das condições de trabalho no setor.

"Se nada disso der certo e o governo mantiver a decisão de dar à Infraero 49%, e ao setor privado 51%, cabe ao movimento sindical analisar as medidas jurídicas cabíveis", disse.

Eletricitário de Campinas (SP), Artur Henrique tem experiência no tema. Na gestão de Fernando Henrique Cardoso, apresentou diversas ações judiciais questionando as privatizações do setor elétrico. Não obteve nenhuma vitória nos tribunais, mas sua postura não deixou de render dores de cabeça ao governo. "Não gostaria que chegasse nisso."

Além do presidente da CUT, participaram da reunião o presidente do Sindicato Nacional dos Aeroportuários, Francisco Lemos, e representantes da Secretaria-Geral e da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República. No encontro, o governo revelou aos trabalhadores alguns detalhes do modelo de concessão que está em elaboração.

Os editais teriam como premissa evitar aumentos tarifários e demissões. Além disso, como a Infraero passaria a ser minoritária, os consórcios que vencerem os leilões não devem sofrer com as amarras da Lei de Licitações e os controles do Tribunal de Contas da União (TCU) e dos tribunais de contas estaduais. "O governo alega que a proposta vai na linha de que é preciso mais liberdade, rapidez e celeridade na condução e execução do que precisa ser feito nos aeroportos", comentou Artur Henrique.

O modelo em estudo pelo governo também prevê o estabelecimento de metas de qualidade e conforto dos passageiros nos contratos de concessão. Mas o presidente da CUT lembrou que o mesmo foi feito no setor elétrico e hoje os consumidores sofrem com frequentes falhas no fornecimento de energia.

A próxima reunião do grupo foi agendada para o dia 11 de agosto. O encontro será ampliado: deverá contar com a presença de representantes da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), Infraero, Polícia Federal, Receita Federal e dos sindicatos dos aeronautas e aeroviários.

O governo pretende realizar a licitação dos aeroportos de Guarulhos, Viracopos e Brasília ainda neste ano. Para tanto, quer promover uma audiência pública em setembro ou outubro sobre o modelo de concessão e publicar os editais dos leilões em novembro. Procuradas pela reportagem, a Secretaria-Geral e a Secretaria de Aviação Civil não comentaram o assunto.

Veículo: Estado de Minas

Data: 28/07/2011

BH tenta mais uma vez liberar verba para ampliação do metrô

Se nas principais estradas que cortam a capital mineira o andamento das obras permanece adiado por causa de denúncias de irregularidades e suspeitas de superfaturamento nos projetos coordenados pelo Ministério dos Transportes, em uma outra modalidade de transporte prometida para os belo-horizontinos os atrasos também são constantes. O metrô da capital, presença garantida nos discursos de candidatos durante os períodos eleitorais, continua à espera de definições no Ministério das Cidades, pasta responsável pela gestão do PAC da Mobilidade Grandes Cidades. Na quinta-feira, gestores mineiros voltam a tentar a liberação de recursos para a obra sair do papel, quando apresentam a proposta de Parceria Público Privada (PPP) – já apresentada oficialmente no início do ano pela prefeitura – para análise do governo federal, dessa vez aos representantes do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

“Na quinta (amanhã), juntamente com integrantes do governo estadual, temos uma reunião com a equipe do BNDES, no Rio de Janeiro, para mostrar nossa proposta para as obras no metrô. A definição caberá ao Ministério das Cidades, mas a avaliação do projeto será feita pelo banco. Espero que até o fim de agosto, ou no máximo até 15 de setembro, saia a posição definitiva”, informou o prefeito Marcio Lacerda (PSB). A previsão inicial era de que a divulgação das cidades que serão atendidas com recursos do programa fosse feita em 12 de junho, mas poucos dias antes da data marcada o Ministério informou que as definições seriam atrasadas em 60 dias, até que todos os projetos fossem avaliados pela equipe técnica da pasta.

Belo Horizonte foi incluída no grupo 1 do PAC da Mobilidade, que visa melhorar a infraestrutura de transporte em cidades e regiões metropolitanas com mais de 3 milhões de habitantes. O Ministério das Cidades anunciou que serão destinados R\$ 18 bilhões para as propostas enviadas, sendo R\$ 6 bilhões de recursos da União e R\$ 12 bilhões por meio de financiamento do BNDES. Entre os critérios estabelecidos pelo ministério, os municípios devem garantir a sustentabilidade operacional dos sistemas, a compatibilidade entre demanda e modelos propostos e adequação às normas de acessibilidade. A prioridade para projetos que beneficiem áreas com população de baixa renda também foi apontada como um dos fatores que serão analisados no programa.

Ontem, integrantes da Frente Parlamentar Pró-Metrô discutiram com Marcio Lacerda as propostas que serão levadas ao governo federal e iniciaram a coleta de 100 mil assinaturas para um abaixo assinado em defesa de um novo metrô. “Vamos nos mobilizar para que as datas não sejam novamente adiadas e para isso é fundamental que a população acompanhe de perto essa antiga reivindicação”, afirmou o deputado estadual Fred Costa (PHS), presidente da Frente.

Nova data

O Ministério das Cidades divulgou em sua página oficial na internet um novo cronograma para o programa, estendendo para 25 de agosto o período de apreciações das cartas-consultas com detalhamento das propostas preenchidas pelos municípios e reuniões presenciais para entrevistas e análises técnicas dos projetos. A divulgação da seleção foi marcada para 26 de agosto. Por meio de nota, o ministério afirmou que “aguarda a confirmação das datas para as reuniões com o Grupo Executivo do PAC, e enquanto isso, a

Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade mantém contato com os entes para esclarecer dúvidas técnicas em relação aos projetos apresentados”.

O prefeito de Belo Horizonte voltou a lamentar os episódios de irregularidades envolvendo o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) e lembrou que outros projetos considerados prioritários para a cidade, como a duplicação da BR-381 e melhorias na BR-040, já estão com os editais prontos para serem publicados e esperam a definição do governo federal sobre a nova estrutura do órgão para que os processos licitatórios voltem a normalidade. No entanto, Lacerda ressaltou que como as definições sobre as obras que serão incluídas no PAC serão de responsabilidade do Ministério das Cidades, a expectativa é de que não ocorram novos adiamentos na definição sobre o metrô.

Saiba mais - Proposta antiga

O projeto de Parceria Público Privada (PPP) para ampliação do metrô já foi apresentado ao Ministério das Cidades em outras datas e recebeu avaliações positivas do governo federal. Ainda como ministra do governo Lula, Dilma Rousseff concordou com a formação de um grupo de trabalho para estudar a implantação da PPP e considerou a obra essencial para BH. A proposta prevê a participação da União com R\$ 1,7 bilhão, do governo estadual com R\$ 400 milhões, da prefeitura com R\$ 200 milhões e da iniciativa privada com R\$ 1,2 bilhão. Estão previstas a modernização da Linha 1 e a construção de outras duas linhas.

[<volta>](#)

Veículo: Es Hoje

Data: 28/07/2011

Moradores de Jardim Camburi vão conhecer projeto de construção de viaduto

Os moradores de Jardim Camburi vão conhecer o projeto de construção do viaduto, que vai melhorar o acesso de veículos, pedestres e ciclistas ao bairro, e saber das mudanças do trânsito em função da intervenção. A apresentação, que será feita pela Prefeitura de Vitória e pela Vale, acontece nesta quarta-feira (27), às 19 horas, no Parque Botânico Vale.

O novo viaduto terá 120 metros. Ele será construído no final da avenida Dante Michelini, entre as ruas Florência Baptista e Alvim Borges da Silva.

Com a mudança, o acesso a Jardim Camburi e ao residencial Atlântica Ville será feito por uma "alça", que desviará o fluxo de veículos da avenida Dante Michelini e interligará as avenidas dos Expedicionários e Munir Hilal.

Durante a intervenção, prevista para começar em setembro, o trânsito na região será modificado. Na audiência, os moradores vão saber quais serão as novas rotas de circulação no bairro. A Vale elaborou os projetos e fará a construção do viaduto. Também doará ao município parte do terreno onde ficará a alça. O município vai trabalhar em parceria na organização do trânsito do bairro durante e após as obras.

A estimativa é de que 150 empregos sejam gerados na implantação do viaduto. Ele permitirá o acesso seguro dos moradores ao bairro, além de uma entrada exclusiva para o Complexo Tubarão, melhorando a fluidez. A parte final da praia de Camburi também será urbanizada, ganhará calçadas cidadãs para o tráfego seguro de pedestres e ciclovias.

[<volta>](#)

Veículo: Folha de S.P

Data: 28/07/2011

TCU vê sobrepreço em 2 contratos da ferrovia Norte-Sul

Tribunal determina devolução de R\$ 82 mi pagos a mais pela estatal Valec e recomenda paralisar obras

TCU também aplicou multa a gestores e pediu a retenção de R\$ 1,8 mi de contrato de obra do Dnit em Mato Grosso

DIMMI AMORA
DE BRASÍLIA

O Tribunal de Contas da União confirmou sobrepreço de R\$ 82 milhões em dois contratos da ferrovia Norte-Sul em TO, mandou cobrar os recursos pagos a mais e recomendou ao Congresso que mande paralisar as obras.

Segundo o relator, ministro Valmir Campelo, a construtora Andrade Gutierrez, responsável pelos dois lotes num contrato com a estatal Valec, estava cobrando por despesas indiretas valores acima do razoável.

A Valec, estatal ligada ao Ministério dos Transportes responsável pelo sistema ferroviário, foi um dos focos de irregularidades na crise que derrubou a cúpula da pasta.

Os dois contratos somam R\$ 537 milhões para 212 quilômetros e foram assinados em 2007. Eles já sofreram três aditivos e, no total, o custo já passa dos R\$ 605 milhões.

Desde o início o TCU tem apontado problemas e recomendou várias vezes ao Congresso a paralisação da obra.

Segundo o relator, a Valec pagava por salários de algumas categorias valores até 50% acima da tabela e queria receber por dias parados pelas chuvas valores iguais aos dias de trabalho.

Esse trecho estava com cerca de 50% de sua execução. O relatório aconselha abrir procedimento para saber quanto foi pago além e os servidores que permitiram o sobrepreço. Eles também terão de ressarcir o erário.

O advogado da construtora, Francisco de Freitas Ferreira, diz que é preciso levar em conta especificidades da obra, tabelas de preços atualizadas e custos adicionais resultantes de atrasos. A Valec diz que tomará providências quando notificada.

O TCU também aplicou multa a gestores e determinou a retenção de R\$ 1,8 milhão de um contrato de conservação do Dnit em MT.

Segundo o ministro Aroldo Cedraz, relator do processo, as obras de conservação da BR-164, no valor de R\$ 144 milhões, iniciadas em 2008, tinham várias irregularidades como superfaturamento e preços acima do mercado.

[<volta>](#)

Veículo: Folha de S.P

Data: 28/07/2011

Faxina no Dnit derruba mais dois dirigentes

O Ministério dos Transportes informou ontem que aceitou o pedido de demissão do diretor de Infraestrutura de Transportes do Dnit, Geraldo Lourenço.

Agora, o órgão tem apenas um diretor: o de Planejamento e Pesquisa, Jony Valle. Dos sete originais, cinco saíram após o início do escândalo de corrupção no órgão.

Como o Dnit tem diretoria colegiada, várias decisões não podem ser tomadas por falta de quorum.

O superintendente do Dnit em Mato Grosso, Nilton de Brito, pediu exoneração na segunda-feira.

No dia 19, a Folha revelou que o irmão dele, o empresário Milton de Brito, dono da Engenorte Construções, fechou contratos de R\$ 26 milhões com o órgão para obras em rodovias federais que cortam MT.

[<volta>](#)

Veículo: Folha de S.P

Data: 28/07/2011

PROJETO NOVA LUZ SAIRÁ NOS PRÓXIMOS DIAS

O projeto de revitalização da Luz --a requalificação é debatida desde 2005-- deverá ser entregue à prefeitura nos próximos dias. Após a aprovação, será licitada a concessionária.

Nesse modelo, a empresa ganha o direito de desapropriar, construir e revender imóveis; em troca, segue o projeto definido pela prefeitura.

[<volta>](#)

Veículo: Folha de S.P

Data: 28/07/2011

Baixa renda não será contemplada no projeto

A população de renda menor não será contemplada na extensão da Chucri Zaidan, que faz parte da Operação Urbana (ação da prefeitura para requalificar determinada área) Água Espraiada.

Uma das principais demandas de urbanistas, a inclusão da baixa renda nos projetos vai ser discutida nas próximas operações: Rio Verde-Jacu, Lapa-Brás e Mooca-Vila Carioca --estas duas também antigas áreas industriais, como a Chucri Zaidan.

Uma ideia em avaliação, segundo a Folha apurou, é ter valores diferenciados de Cepacs, os títulos vendidos pela administração municipal que dão o direito às construtoras de erguer edifícios mais altos do que permite a lei de zoneamento.

O objetivo é que, com o metro quadrado mais barato, prédios para a população de menor poder aquisitivo se tornem viáveis comercialmente.

Os acertos nos projetos em andamento vão ser usados como parâmetro nas próximas operações. "Estamos avaliando os erros cometidos para aprimorar as novas", diz Vladimir Bartalini, superintendente de desenvolvimento da São Paulo Urbanismo, ligada à prefeitura. "Em alguns casos, vamos incentivar uso misto. Em outros, obrigar."

A falta de um planejamento mais detalhado é justamente um dos pontos criticados pelo setor nas operações urbanas em andamento.

"Seria importante tentar fazer um 'miniplano diretor', estabelecendo alguns usos específicos, uma volumetria, um projeto de como se quer que aquilo seja no futuro", afirma Claudio Bernardes, do Secovi de São Paulo.

[<volta>](#)

Veículo: Folha de S.P
Data: 28/07/2011

Expansão pode acabar sobrando para bolso do contribuinte

Se a prefeitura aprovar uma nova Faria Lima na Chucri Zaidan, os contribuintes do IPTU devem bancar a expansão da infraestrutura pública de transportes, luz e água até ali. Alguns poucos lucrarão muito, mas a conta será compartilhada. Talvez o metrô até chegue lá em 2040.

São Paulo desperdiça áreas onde quase tudo já está pronto. Dezenas de prédios e terrenos estão vazios pela Mooca, Brás, Barra Funda e no velho centro.

Em comum, já possuem metrô e são centrais --logo, reduzem as longas viagens necessárias entre casa e emprego de boa parte dos trabalhadores paulistanos.

Enquanto a prefeitura patina, há mais de seis anos, com uma Nova Luz que continua cracolândia, a especulação imobiliária deve impor suas vontades mais uma vez.

Para acomodar grandes empresas, a maior cidade do país precisa ser competitiva também em escritórios. Banda larga sem fio universalizada, geradores elétricos contra blecautes e elevadores supersônicos são exigência de qualquer pacote de instalação de multinacionais. Mas prefeitura e construtoras ainda devem um centro financeiro à altura da competição entre cidades de todo o mundo para atrair talentos transnacionais.

De Pequim a Cingapura, centros empresariais são desenhados por grandes arquitetos, que tentam evitar a monotonia e a previsibilidade das construções corporativas.

O mix de bares e lojas nos térreos, edifícios residenciais na vizinhança, jardins abertos e bom transporte público é imbatível para os jovens profissionais que não querem passar o resto da vida presos no trânsito paulistano.

São Paulo já produziu algo assim --a avenida Paulista. Com calçadas largas, mistura de residências e escritórios, parque, metrô e duas autênticas praças públicas concebidas por arquitetos visionários --o Masp e o Conjunto Nacional--, é um raro exemplo de área viva na cidade, de domingo a domingo.

Mas poder público e imobiliárias perderam o molde nas últimas décadas e não conseguem fazer nada sequer parecido com isso.

[<volta>](#)

Veículo: Folha de S.P
Data: 28/07/2011

Kassab vai "terceirizar" área na Pompeia

Projeto de concessão urbanística usado para revitalizar a Nova Luz será estendido para a zona oeste da cidade

Modelo é polêmico, pois dá à iniciativa privada o poder de desapropriar imóveis para depois vendê-los com lucro

O poder público dá a uma empresa o poder de desapropriar uma área. Negócio feito, o espaço é reformado, e os imóveis, vendidos a um preço bem maior anos depois. O modelo de concessão urbanística, que a prefeitura tenta impor na região da Nova Luz, centro de São Paulo, deverá ser estendido agora para a zona oeste da cidade, na região que margeia a linha de trens urbanos que passa pelo bairro da Pompeia.

A nova área fica entre o Parque Antarctica e a avenida Marquês de São Vicente. Está dentro da Operação Urbana Água Branca e é chamada de "Gleba Pompeia". Fica numa área com grande potencial de valorização, próximo ao parque da Água Branca, ao Parque Antarctica e ao metrô Barra Funda.

A concessão, apesar de aprovada em lei, é polêmica, devido ao poder de desapropriação dado às empresas.

A contrapartida privada ocorre em forma de transformações urbanas definidas em projeto da prefeitura e em obras de infraestrutura -a região precisa, por exemplo, melhorar sua drenagem, já que registra muitas enchentes nas épocas de chuva.

Para a concretização do projeto específico na Pompeia, será preciso uma nova lei, assim como foi feito no caso da Nova Luz, no centro.

Segundo a prefeitura, a concessão urbanística "é o instrumento mais adequado" para fazer as transformações na área da "Gleba Pompeia". A justificativa é que existem irregularidades fundiárias e ocupação muito baixa no local, onde se quer elevar o número de moradores.

"Há anos tentamos incentivar o parcelamento ali. A área é praticamente desocupada, não tem moradias, mas é uma área muito bem situada", diz Vladir Bartalini, superintendente da pasta de Desenvolvimento Urbano.

Na área de 240 mil m² há hoje campos de futebol society, galpões, um circo, um posto de inspeção veicular e um estacionamento de ônibus. Ninguém mora ali.

Quando a revisão da Operação Urbana Água Branca terminar -o que está previsto para ocorrer até o fim deste ano-, a prefeitura vai começar a elaborar a nova lei para a concessão da Pompeia.

Também dentro da operação está a nova arena que o Palmeiras constrói em sua sede, no Parque Antarctica. Quando concluída, além de futebol, vai receber espetáculos e elevar o trânsito.

O impacto no tráfego fez a prefeitura rever o adensamento das áreas adjacentes.

Dos 360 mil m² de potencial construtivo adicional para as proximidades do estádio, 300 mil m² foram transferidos para outras áreas, incluindo a da "Gleba da Pompeia".

[<volta>](#)

Veículo: Folha de S.P

Data: 28/07/2011

Projetos urbanos precisam de gestão baseada no direito de todos à cidade

A prefeitura está discutindo a possibilidade de realizar mais uma concessão urbanística na capital paulista. Agora é a vez de uma área dentro do perímetro de revisão da Operação Urbana Água Branca, onde ocorreram despejos forçados de moradores das favelas do Sapo e Aldeinha.

Essa nova concessão é cogitada para uma área menos densa do que a do Projeto Nova Luz, onde empresas privadas poderão, após contratação via licitação, desapropriar imóveis e explorá-los economicamente. Isso está acontecendo em pleno processo de julgamento de uma Adin (Ação Direta de Inconstitucionalidade) contra a lei 13.917/2009, que trata desse instrumento urbanístico.

Essa Adin, ajuizada pelo Sindicato do Comércio Varejista de Material Elétrico e Aparelhos Eletrodomésticos no Estado de São Paulo, é motivada pelo receio em relação aos impactos negativos da concessão urbanística na área do Projeto Nova Luz.

Os moradores, comerciantes, trabalhadores e movimentos populares que vivem e atuam nessa área temem ser expulsos durante os processos de renovação urbana, valorização imobiliária e desapropriações previstos.

Diante desses fatos, vale questionar se é desejável aplicar a concessão urbanística na cidade de São Paulo. Os graves problemas sociais, habitacionais, ambientais e de mobilidade que prejudicam a qualidade de vida da população e afetam principalmente as pessoas de baixa renda indicam que a realização de concessões urbanísticas não deve ser a maior prioridade.

Se as concessões urbanísticas e seus projetos urbanos forem, porventura, considerados prioritários, não devem ser vistos como belas formas arquitetônicas e imagens urbanas sedutoras acabadas. São processos políticos, econômicos e culturais abertos que atravessam vários anos, às vezes décadas, e precisam de estratégias contínuas de gestão democrática baseadas no interesse público e na efetivação do direito à cidade para todos.

[<volta>](#)

Veículo: Folha de S.P

Data: 28/07/2011

Trem popular será estendido até Cumbica

Governo Alckmin vai prolongar projeto de linha de Guarulhos para permitir conexão com o aeroporto até 2014

Serviço será igual aos demais trens que atendem a periferia da Grande São Paulo, hoje com tarifa de R\$ 2,90

O trem popular prometido pelo governador Geraldo Alckmin (PSDB) para ligar a capital paulista a Guarulhos será estendido ao aeroporto de Cumbica até 2014.

A decisão foi comunicada nos últimos dias a políticos da região e confirmada ontem pela Secretaria dos Transportes Metropolitanos.

A pasta diz que a linha, a cargo da CPTM (Companhia Paulista de Trens Metropolitanos), permitirá a viagem do Brás, no centro de São Paulo, até Cumbica em 23 minutos.

Mas o padrão do trem será comum, com tarifa hoje em R\$ 2,90, intervalos de seis minutos e características semelhantes às dos demais que atendem as periferias -e que chegam a ter acima de seis pessoas por m2 nos picos.

Ou seja, não será igual à antiga proposta do Expresso Aeroporto, que foi engavetada e que previa um serviço diferenciado, mais caro, sem paradas, voltado para quem quisesse pegar um voo.

JADE

O novo trem, batizado de linha 13-jade, segue a rota já existente da linha 12-safira da CPTM entre Brás e Engenheiro Goulart, na zona leste. A nova ligação sobre trilhos começa a partir desse ponto.

Alckmin já havia prometido que faria pelo menos um trecho de 8 km da zona leste até a região do Cecap Zezinho Magalhães, em Guarulhos.

Um eventual prolongamento até Cumbica, porém, era considerado incerto -por se tratar de um trem comum e desconfortável para quem tem muita bagagem.

Por ordem de Alckmin, segundo a secretaria, foi decidido fazer essa extensão de mais 3 km para que haja conexão da linha ao aeroporto.

O Estado diz que ela será atrativa, por exemplo, para 28 mil pessoas que trabalham em Cumbica -e que também deverá ser uma opção inclusive para uma parte dos passageiros dos aviões.

HORÁRIO NÃO INTEGRAL

O horário de funcionamento da CPTM, porém, não é integral -vai das 4h à 0h.

Hoje há ônibus executivos de São Paulo ao aeroporto, mas com tarifa de R\$ 33.

A gestão prevê licitar a linha 13-jade no ano que vem para que as obras comecem até 2013 e terminem em 2014.

O Estado não comentou a possibilidade de ela ficar pronta antes da Copa. Pela previsão original, a nova ligação só entraria em operação no segundo semestre, depois do evento, às vésperas do fim do mandato do governador.

TREM-BALA

O recente fracasso na licitação do TAV (trem-bala federal) foi um dos estímulos para a decisão de prolongar a linha popular até Cumbica.

A linha 13-jade chegou a ser estimada em R\$ 947 milhões, e a gestão Alckmin já manifestou a intenção de implantá-la por meio de PPP (parceria público-privada).

[<volta>](#)

Veículo: Folha de S.P

Data: 28/07/2011

Hospital deve virar hotel de luxo até a Copa

Grupo francês que comprou área é especialista em reformar prédio antigo

Imóvel que fica a uma quadra da Paulista vai abrigar, além do hotel, lojas de moda, galerias de arte e restaurantes

O hotel de altíssimo luxo que será construído no prédio do antigo hospital Umberto Primo, na Bela Vista, centro de São Paulo, deve ficar pronto para a Copa do Mundo de 2014.

Esse é o projeto do grupo francês Allard, que fechou anteontem a compra da área, que pertencia desde 1996 à Previ (fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil). No imóvel, o Allard é sócio do fundo de investimentos paulistano WWI.

O "hotel palácio" vai funcionar no prédio da antiga maternidade, no centro do terreno de 27 mil m2, a uma quadra da avenida Paulista.

Os prédios do hospital vão abrigar lojas de moda, galerias de arte e restaurantes (veja quadro ao lado).

A maternidade e o hospital, também chamado de Matarazzo, são tombados pelo Conpresp e

pelo Condephaat, órgãos de preservação do patrimônio histórico do município e do Estado, respectivamente.

O grupo é especializado em hotelaria luxuosa em prédios históricos. Em Paris, reformou o Le Royal Monceau, considerado um dos mais chiques do mundo.

Em nota, o grupo diz que "o tombamento do imóvel será a pedra fundamental do empreendimento, que integrará arte, cultura e lazer".

Não foram informados o custo nem uma data prevista para o início das obras. Os órgãos envolvidos na aprovação já foram contatados.

Andrea Matarazzo, secretário de Estado da Cultura, viu o esboço do projeto e aprovou a ideia. "O fato de ser ocupado por cultura onde minha família implantou saúde é ótimo. Não poderia ter uso melhor."

[<volta>](#)

Veículo: Folha de S.P

Data: 28/07/2011

Promotor cobra ação contra impacto social de Rodoanel

Reportagem revelou aumento de grávidas no entorno de obras

O promotor Maurício Ribeiro Lopes encaminhou anteontem um ofício à Dersa e à Secretaria de Transportes de SP com o intuito de evitar impactos sociais no entorno das obras dos trechos norte e leste do Rodoanel, as próximas etapas da construção.

Reportagem publicada no último domingo pela Folha mostrou que a migração de operários aumentou o número de grávidas abandonadas -inclusive adolescentes- no entorno da obra do trecho sul, em São Bernardo do Campo (Grande SP).

No ofício, Lopes pede "indicações do tipo de providências que adotarão para evitar que esses problemas se reproduzam". Já existem dois inquéritos do Ministério Público para apurar eventuais irregularidades no trecho norte. Esse ofício será juntado ao inquérito.

"A gente pode passar a exigir um dimensionamento das consequências sociais no estudo de impacto ambiental dessas grandes obras."

Anteontem cinco vereadores de São Bernardo do Campo se reuniram com moradores para discutir a questão e agendaram para o próximo dia 8 uma audiência com presença de deputados estaduais e federais da região.

O governo federal diz já ter tomado providências para que o problema não ocorra na obra da usina de Belo Monte, no Pará.

Segundo o secretário-executivo da Secretaria Geral da Presidência da República, Rogério Sottili, um decreto de outubro criou um grupo de trabalho para levar a presença do Estado à região.

"Esse comitê gestor começa a preparar propostas de serviços públicos -de saúde, educação, combate à exploração sexual da criança e adolescente, que infelizmente é uma consequência de canteiros de grandes obras."

[<volta>](#)

Veículo: Agência Brasil

Data: 28/07/2011

Aumenta preocupação da indústria da construção civil com custo da mão de obra, segundo CNI]

A falta de trabalhadores qualificados já tem reflexos no custo da mão de obra da indústria da construção, segundo a Confederação Nacional da Indústria (CNI). De acordo com sondagem da entidade, o elevado gasto com empregados é apontado como o terceiro maior problema das grandes construtoras e empreiteiras do país. Há um ano, esse item ocupava o quinto lugar.

O último relatório da Sondagem da Indústria da Construção da CNI foi divulgado nesta quarta-feira (27/7), em São Paulo. O levantamento é referente a junho. Na pesquisa, foram ouvidos 212 representantes de grandes empresas da construção. Desses, 40,4% apontaram o alto custo da mão de obra como um dos seus três maiores problemas.

No levantamento de junho de 2010, 21,9% dos grandes empresários do setor haviam apontado o custo da mão de obra como um dos seus principais problemas. Esse índice é pouco maior do que a metade do registrado em junho deste ano.

Em ambas as pesquisas, a falta de profissionais qualificados foi apontada pelas empresas da construção civil como o maior problema, seguido da elevada carga tributária. Em junho deste ano, 68,1% dos grandes empresários reclamaram da dificuldade de encontrar trabalhadores capacitados. Já em junho do ano passado, essa carência foi apontada por 81,3%.

"O aumento do custo da mão de obra é uma questão de oferta e procura", complementou o gerente executivo de Pesquisas da CNI, Renato da Fonseca. "As empresas têm dificuldade de encontrar trabalhadores qualificados. Então, elas gastam com a qualificação do trabalhador ou aumentam os salários para contratar. Isso impacta nos custos".

Apesar desses problemas, a maioria das empresas da construção civil ouvidas pela CNI informou que aumentou seu número de funcionários de maio para junho. Segundo elas, a situação financeira melhorou em junho na comparação com o mês anterior.

[<volta>](#)

Veículo: Portos e navios

Data: 28/07/2011

Obras de infraestrutura abrem novas frentes de trabalho

Novas frentes de trabalho serão iniciadas juntamente com o maior cronograma de obras de infraestrutura da história do Município. Entre as ruas e regiões contempladas com essa etapa estão a Raul Pilla, no bairro Bernadeth, Aeroporto, Pedro de Sá Freitas, na vila Eulina, e General Portinho. Esses locais receberão melhorias nas áreas de drenagem e pavimentação.

O anúncio foi feito pelo prefeito Fábio Branco, que salientou que essas obras têm o objetivo de dotar a cidade de uma melhor infraestrutura, "plenamente adequada ao novo momento de desenvolvimento pelo qual atravessa o Município, com a consolidação do Polo Naval".

[<volta>](#)

Veículo: Portos e navios

Data: 28/07/2011

Prefeitura vai reunir interessados na área do porto Cachoeira do Sul

A Secretaria Municipal de Desenvolvimento vai reunir em agosto os empresários, que manifestaram interesse em lotes da área no Porto de Cachoeira do Sul. A decisão aconteceu ontem, terça-feira (26), em reunião realizada entre o vice-prefeito, Ronaldo Trojahn, e o secretário de Desenvolvimento, Ronaldo Tonet, com o especialista sênior em infraestrutura do Ministério dos Transportes, Adão Magnus Marcondes Proença. Ele veio a Cachoeira a convite de Tonet para orientar o Executivo nos procedimentos relacionados à área portuária e a navegação do Rio Jacuí.

Proença será um dos palestrantes no encontro, que será agendado com as empresas, pois se colocou à disposição da Prefeitura para ser mais aliado no processo de transferência da área de 183, pertencente à União para o Estado. "Estamos acompanhando a reivindicação de Cachoeira e apostamos na reativação da hidrovia", disse o representante do Ministério dos Transportes, acrescentando que chama atenção o número de interessados em instalar empreendimentos na área do Porto. "Chegou o momento da hidrovia e, por isto, vamos apoiar este projeto para Cachoeira", ressaltou.

O secretário Ronaldo Tonet salientou que, afora as 15 empresas interessadas, a Secretaria tem recebido visita de empreendedores que querem informações sobre o porto. Ele disse que quem quiser informações pode acionar o 3724-6211 ou o e-mail smic.cachoeiradosul@gmail.com. Segundo o secretário, as 15 empresas deverão investir cerca de R\$ 65 milhões e gerar 474 empregos diretos.

Fonte: Radio Fandango

[<volta>](#)

Veículo: Pará online

Data: 28/07/2011

MPF-ES investigará contrato de R\$ 66 milhões do Dnit

A contratação direta, sem licitação, pela Superintendência Regional do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), da empresa Contractor Engenharia Ltda, é investigada pelo Ministério Público Federal no Espírito Santo (MPF-ES). O inquérito civil público foi instaurado hoje, informou a Procuradoria Geral da República.

Para executar obra em um trecho de seis quilômetros na Rodovia do Contorno, a empresa foi contratada por R\$ 66 milhões. Segundo o MPF-ES, o Dnit contratou a Contractor sem licitação. A justificativa é que a primeira licitação foi declarada "deserta", ou seja, sem interessados.

Com base para sua argumentação, a autarquia citou o art.24, V, da Lei das Licitações (nº 8.666/93). A lei prevê, entre outros casos, dispensar licitação quando não tiverem surgido

interessados na licitação anterior e quando ela "não puder ser repetida sem prejuízo para a administração".

O Dnit disse ainda que havia "urgência das obras em questão para solução da segurança no local, bem como considerando que os recursos orçamentários existentes estavam restritos ao exercício de 2009, impedindo a realização de novo certame em tempo hábil", contou o MPF. A análise dos documentos relativos ao procedimento administrativo que resultou na contratação da empresa começou a ser feita pelo MPF na terça-feira, 26.

[<volta>](#)

Veículo: Webtranspo
Data: 28/07/2011

Bahia quer melhorar malha rodoviária

O Governo baiano inaugurou neste sábado, 23, três trechos recuperados de rodovias estaduais (BAs 084 e 504) localizados no Território de Identidade Portal do Sertão. Com estes novos empreendimentos, 190 mil cidadãos que moram nas cidades de Santanópolis, Iará, Coração de Maria e Conceição do Jacuípe passarão a contar com vias totalmente pavimentadas.

"Estrada é fundamental para o desenvolvimento de qualquer região. Temos um Estado muito grande, por isso o trabalho é grande. Já fizemos quatro mil quilômetros de estrada e 10 mil de reparação. Para fazer estrada bem feita, investimos um pouco mais, porém a obra tem durabilidade", afirmou Jaques Wagner, governador estadual.

O primeiro trecho a ser inaugurado foi o da rodovia BA-504, que se inicia na BR-116 e vai até a cidade de Iará, passando também por Santanópolis, as obras deste lote foram orçadas em R\$ 7,5 milhões. Wagner ressaltou a importância da malha rodoviária para a Bahia. Estrada é fundamental para o desenvolvimento de qualquer região. "Temos um Estado muito grande, por isso o trabalho é grande. Já fizemos quatro mil quilômetros de estrada e dez mil de reparação. Para fazer rodovia bem feita, investimos um pouco mais, porém a obra tem durabilidade", destacou.

Além do trecho já mencionado, outros dois foram entregues na BA-084, um com 25 quilômetros de extensão entre as cidades de Iará e Coração de Maria, e um menor de 16,2 quilômetros que conecta Coração de Maria com Conceição do Jacuípe. Os dois trabalhos custaram aproximadamente R\$ 13 milhões.

Somada as obras já entregues, Wagner anunciou novos trabalhos para melhorar a infraestrutura da região. O político afirmou que R\$ 2 milhões serão destinados à duplicação do acesso à entrada de Iará. Outro trecho a receber melhorias será o que liga Coração de Maria e Feira de Santana, que será pavimentado.

Otto Alencar, secretário estadual de Infraestrutura, comentou que os trabalhos previstos e os já realizados visam proporcionar maior mobilidade e desafogar o trânsito local. "Ao todo, estamos investindo nessa região cerca de R\$ 22 milhões de reais para levar asfalto de qualidade para quatro sedes municipais. É um elo rodoviário muito importante do nosso Estado que liga a BR 116, depois do trevo, até a BR 101. Além de levar o trânsito com facilidade à BR-324 rumo à região nordeste da Bahia", relatou.

O governador ainda ressaltou a importância de fiscalizar as estradas para que caminhões acima do peso permitido não trafeguem pelas estradas recuperadas. "Vamos instalar balanças para controlar o peso. Uma outra alternativa será a realização de blitz"

[<volta>](#)

Veículo: Nova notícia

Data: 28/07/2011

BR-262 em MS pode ser denominada Rodovia José Alencar

O deputado federal Vander Loubet (PT-MS), na qualidade de relator do Projeto de Lei 1.002/2011, encaminhou à Comissão de Viação e Transportes da Câmara parecer favorável à iniciativa do deputado Reinaldo Azambuja (PSDB-MS), que dispõe sobre a denominação de "Rodovia Vice-Presidente José Alencar" o trecho da BR-262 em Mato Grosso do Sul que liga Campo Grande a Três Lagoas.

"É louvável a intenção do colega Azambuja de homenagear José Alencar, homem que se tornou um dos políticos mais importantes do País na posição de vice-presidente da República durante o governo Lula", afirma Vander.

Mineiro da cidade de Muriaé, nascido em 17 de outubro de 1931, José Alencar Gomes da Silva foi um dos maiores empresários da indústria têxtil brasileira, fundador da Companhia de Tecidos Norte de Minas (Coteminas). Foi diretor da Associação Comercial de Minas, presidente do Sistema Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg) e vice-presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Elegeu-se vice-presidente do Brasil na chapa do candidato do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003, conseguindo a reeleição em 2006.

[<volta>](#)

Veículo: Portal terra

Data: 28/07/2011

Sport se acerta com construtora e assina contrato por arena na 4ª

O Sport e a construtora Engevix entraram em acordo e assinarão o contrato das obras da Arena Sport na manhã desta quarta-feira, anunciou o clube pernambucano em seu site oficial nesta terça.

Para celebrar a assinatura do compromisso, será realizado um evento, com recepção para a imprensa, às 10h (de Brasília), que marcará o momento das assinaturas para a formalização do acordo.

Segundo o projeto divulgado, a Arena Sport, orçada inicialmente em R\$ 500 milhões, comportará cerca de 45 mil torcedores e terá uma estrutura que contará com centros de compras e convenções, anfiteatro, edifício empresarial e estacionamento para 1500 carros

[<volta>](#)

Veículo: Sulnotícias

Data: 28/07/2011

Obra da Serrinha volta a pauta do legislativo em Siderópolis

Siderópolis - A obra de terceira pista da SC 445, no trecho conhecido como Serrinha, em Siderópolis, voltou a ser pauta na Câmara de Vereadores. A solicitação dos parlamentares é para que o Departamento Estadual de Infraestrutura - Deinfra faça cobrança da empreiteira quanto ao andamento da obra. "Esta obra está um transtorno. É difícil o final de semana sem acidentes no trecho", justifica o vereador Romildo Soares (PMDB).

Referente a alegação da empresa Confer, de que a obra não está tendo continuidade por falta de material, os vereadores esclarecem que foi aprovada permuta na própria Câmara quanto à extração de seixo e o material foi retirado. "Se a empresa não guardou este material para utilizar na obra, o problema não é mais da Prefeitura Municipal de Siderópolis", esclareceu Soares. Segundo o vereador, a empresa responsável pela obra da Serrinha também pegou a obra de recuperação da via que liga Siderópolis a Urussanga e a informação é que a recuperação não começou a ser feita também por falta de material. "Assim é fácil concorrer e ganhar uma licitação", afirmou.

O vereador Leonor Rampineli (PT) esclareceu, por sua vez, que na licitação de R\$ 1 milhão e 250 mil não consta que Siderópolis teria de fornecer o seixo (pedras de rio). "Não adianta dizer que a Serrinha não vai para frente porque não tem pedra. Eu quero saber onde foi parar o seixo que extraíram para usar na obra". Para Valdemir Carminatti (PP), é inaceitável que a empreiteira use como explicação a falta de material para deixar a obra parada.

O Presidente do Legislativo, vereador Maicon Aléssio (PMDB), explicou que no contrato não foi colocado que o município cederia algum tipo de material até porque a empresa cobrou pelo serviço prestado e pelo material. "Se ganharam a licitação e não tem material suficiente para fazer a obra, o azar é deles. O município fez uma caridade ao conceder 12 mil metros cúbicos de pedras, que foi retirada e era suficiente para a obra", esclareceu. Segundo ele, será encaminhado ofício ao Deinfra para que se tome uma atitude: que a empresa seja multada ou nova licitação seja feita.

[<volta>](#)

Veículo: Clica Brasília

Data: 28/07/2011

Governador anuncia construção de 10 mil unidades habitacionais

O governador do Distrito Federal, Agnelo Queiroz, lançou na tarde desta quarta-feira (27), o Aviso de Chamamento para a inscrição de empresas e entidades interessadas em participar do processo de construção de 10 mil unidades habitacionais que serão entregues à população por meio do Programa Morar Bem.

O aviso é composto de dois editais – um para associações e cooperativas (com 4.992 unidades) e outro para empresas (com 5.018) – visando a construção de casas e apartamentos com áreas que variam de 44m² até 62m². Em ambos, serão contemplados idosos e pessoas com necessidades especiais.

De acordo com Agnelo Queiroz, o objetivo é contemplar as famílias já inscritas no Novo Cadastro da Habitação e que atendam aos critérios estabelecidos pela política habitacional do Distrito Federal. São eles: morar no DF há pelo menos cinco anos, não ter outro imóvel, possuir renda bruta mensal de até 12 salários mínimos e ser maior de 18 anos. Os imóveis serão financiados pelo programa Minha Casa Minha Vida, do Governo Federal.

A partir da publicação do aviso no site da Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal (Codhab), as empresas interessadas em assumir as obras terão até as 10h do dia de 15 setembro para entregar, no auditório da Terracap, os documentos de habilitação e as propostas de projeto e preço. Já as entidades serão convocadas pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação (Sedhab), juntamente com a Codhab, para a apresentação de propostas até o dia 28 de setembro.

Pelo DF – As unidades habitacionais serão construídas nas cidades de Sobradinho, Gama, Samambaia, Santa Maria, Recanto das Emas e na terceira etapa do Riacho Fundo II. Pontos que, segundo o governador, já dispõem de infraestrutura residencial, como transporte público, escolas e redes de água e esgoto. “É uma mudança radical no processo de entrega de casas e apartamentos à população. A partir daí há uma perspectiva real para as pessoas que há anos estão em listas esperando pela oportunidade de ter um imóvel próprio. Dessa vez é para valer”, ressaltou Agnelo Queiroz.

Inscrições – O primeiro passo para se candidatar a uma nova casa ou apartamento do Programa Morar Bem é preencher o Novo Cadastro de Habitação, disponível no site www.morarbem.df.gov.br, até o dia 12 de agosto. De acordo com o secretário de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Geraldo Magela, não haverá prorrogação na data e quem já está cadastrado no site da Codhab deve fazer o recadastramento. “É preciso preencher a todos os requisitos da Política Habitacional do DF. Se perder o prazo, só daqui a um ano”, frisou Magela.

O terreno terá subsídio de 100% transferido para o valor final do imóvel, beneficiando, assim, o comprador. Uma parcela destas unidades será destinada às famílias que ganham até R\$ 1,6 mil e outra, para os que ganham até 12 salários mínimos.

Além do governador do Distrito Federal, Agnelo Queiroz, e do secretário de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Geraldo Magela, participaram do anúncio o presidente da Codahb, Edson Monteiro; o subsecretário de Habitação, Jânio Rodrigues; o secretário-adjunto de Habitação, Rafael Oliveira; e a secretária de Comunicação, Samanta Sallum.